

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A OBRA DE BERNSTEIN

NORBERTO J. ETGES
ALCEU R. FERRARI
Faculdade de Educação, UFRGS

RESUMO

Alerta-se para o risco de se converter o pensamento de Bernstein numa nova ideologia educacional conservadora, esquecendo que o conceito de classes sociais ocupa lugar central em sua teoria sociológica.

Alerta-se, ainda, para a necessidade de se considerar a obra do Autor em sua totalidade, em sua evolução cumulativa e dentro do contexto social em que foi produzida, e de referir a sua contribuição ao contexto concreto brasileiro numa atitude criativa e não de vassalagem cultural.

Viria Bernstein a se transformar numa nova moda, numa nova tábua de salvação para os pedagogos? Após sucessivas ondas de idéias salvadoras, quase sempre de origem externa, a educação brasileira continua atolada nos mesmos problemas. Sucederam-se, com efeito, em curtos períodos de tempo, novas tábuas de salvação, novas teorias salvadoras, sem que se aperfeiçoasse substancialmente o conhecimento do fenômeno educacional. Sucederam-se igualmente reformas, planos e programas, sem que o tipo de abordagem prática mudasse substancialmente, ou seja, a política educacional permaneceu igual. Em síntese, reformas demais e mudanças de menos: melhorar conservando, reformar para não mudar, estratégias típicas do positivismo burguês.

As próprias correntes conservadoras, como o insuspeito Oliveira Viana, reconhecem que a sociedade brasileira foi invadida por sucessivos transplantes de idéias, teorias e modelos, e por sucessivas importações de tecnologias para solucionar seus problemas, sem, com isso, conseguir resolvê-los. Apenas não percebem que tais idéias e tecnologias deveriam sofrer a devida "redução sociológica" às condições objetivas do novo contexto, não necessariamente idênticas às das sociedades metropolitanas, de onde se originaram. Não percebem que estão olhando a realidade com olhos albeios, e muito menos se dão conta da função conser-

Os autores basearam-se principalmente na obra de Basil Bernstein intitulada *Class, codes and control*, volumes 1 e 2, no capítulo 8º da 2ª ed. do volume 3, no Seminário de Sociolinguística ministrado nos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFRGS em 1977 e em contatos pessoais mantidos com o Autor nos anos de 1977 e 1979.

vadora destes transplantes, qual seja, a de fazer pequenos ajustes aqui, dar pequenas guinadas acolá, sem mudar o sistema responsável pelos eternos problemas da sociedade e, no caso, da educação.

O próprio processo de transplante pode desencadear uma intensa variedade de atividades que de maneira alguma se identificam com ação, pois nele até as idéias revolucionárias são estereotipadas, atrofiadas exatamente nos seus elementos transformadores.

Mas que tem Bernstein a ver com isto? Nada. O problema é nosso. Bernstein é um dos poucos grandes nomes da Sociologia da Educação em todo o mundo. Seria uma pena ignorar sua importante contribuição teórica. Mas seria uma pena ainda maior agarrar-se a ele como a uma nova tábua de salvação, reduzindo-o à medida exata de uma visão radicalmente conservadora e de um ativismo comprovadamente ineficaz.

A fim de romper com este tipo de transplante é mister que se busque entender a teoria de Bernstein na sua totalidade, não pinçando apenas alguns conceitos como códigos lingüísticos, desvinculados dos conceitos mais fundamentais, como os de classe social, relações de poder, modo de produção, modalidade de controle, etc. Que se entenda a sua teoria dentro do contexto concreto em que foi desenvolvida: é um produto social. Que ao estudá-la, se procure referi-la ao nosso contexto concreto, à nossa conjuntura. Trata-se de duas formações sociais capitalistas - Inglaterra e Brasil. Nisto se parecem. Mas os dois países vivem momentos diferentes do mesmo processo histórico capitalista. A combinação das várias formas de produção e tipos de relações sociais é diferente. Assim a estrutura de classes sociais apresenta grandes diferenças nas duas sociedades: diferentes classes, diferente peso (poder) de cada classe e diferentes formas de relações de cada uma das duas estruturas de classe com o "mundo externo" - polo hegemônico e polo dependente.

Outro aspecto importante refere-se à posição central que o conceito de classe ocupa na teoria de Bernstein. O risco aqui é duplo. O primeiro é o de ignorar o termo e o seu conteúdo e entender Bernstein à luz das teorias de estratificação social. Isto reduz a teoria de classes sociais a uma abordagem meramente descritiva da sociedade, como formada de estratos ou níveis sócio-econômicos superpostos, escondendo exatamente o que é essencial no conceito de classes - as relações de poder. O segundo risco é o de se usar o termo classe social esvaziado de seu conceito, ou transmutado nos conceitos de elite-massa.

Devido às críticas feitas às chamadas teorias de estratificação social, o segundo risco torna-se maior. Em nenhum dos casos teríamos a teoria de Bernstein. Teríamos, isto sim, as nossas "velhas" teorias educacionais, também as sociológicas, quando muito travestidas. Aliás, nunca se falou tanto, e ao mesmo tempo tão pouco, de classes sociais na literatura educacional.

Por sua vez, os códigos lingüísticos (elaborado e restrito) deram margem a diversos tipos de entendimento e aplicação. O conceito de código restrito, por exemplo, desvinculado do conjunto da teoria, foi facilmente traduzido em termos de carência ou privação cultural e serviu para justificar os assim chamados pro-

gramas de educação compensatória. Outros, não satisfeitos com a noção de carência cultural, afirmam tratar-se apenas de culturas distintas, ambas completas e propõem um ensino adequado para cada uma delas. Em nenhum dos dois casos se viu o elemento essencial, que é a relação entre as duas formas culturais que fazem parte de uma única estrutura de relações sociais - cultura dominante e cultura dominada.

O que se acaba de dizer vale também para o entendimento e aplicação do conceito "currículo escondido", utilizado no Parecer 2018/74, do Conselho Federal de Educação, por oposição à noção de carência e para justificar a implantação de uma política de educação compensatória, idéias essas de carência, marginalização e compensação combatidas pelo próprio Bernstein, por reduzirem as crianças a pequenos sistemas deficitários, escamotearem os problemas da própria escola e responsabilizarem instituições como a família por esse estado de coisas.

Outra tentação é a de reduzir a teoria sociológica de Bernstein a uma dimensão meramente psicológica, de reduzir as relações sociais de classe, inclusive as pedagógicas, ao nível das relações interindividuais. Assim, os conceitos de socialização e de seus correlatos, os papéis sociais, que facilmente se prestam a interpretações meramente psicológicas, são em Bernstein conceitos essencialmente sociológicos. Socialização, por exemplo, é um processo de controle social, cuja função consiste em reproduzir as relações de classe, mesmo quando o Autor desce ao nível psicológico do planejamento verbal, concebido como processo individual, que traduz em termos lingüísticos os significados da estrutura social.

Trata-se, no processo de socialização, não simplesmente de agentes interindividuais, mas de agentes coletivos (família, grupo de pares, escola e trabalho), atuando no sentido de sua reprodução e da reprodução das relações de classe. Esses agentes estão determinados pela classe a que pertencem e pelas relações que mantêm objetivamente com as outras classes. São as relações objetivas entre os diversos agentes coletivos que conduzem ao princípio das relações diretas entre os autores individuais. A estrutura de classes determina os papéis no trabalho e na educação, leva as famílias a relações especiais entre elas e penetra profundamente na estrutura das experiências de vida no interior da família.

São também sociológicos os princípios determinantes da socialização, definidos pelo Autor como classificação (classification) e balizamento (framing). Tais princípios regulam não só os códigos da socialização, como também os da educação, da produção. Não são, portanto, formas de energia individual, como, por exemplo, o princípio do prazer, que regulam tais códigos.

O princípio que denominou classificação se refere à categoria sociológica fundamental de classe. Esse princípio se refere não só à classificação ou ao estabelecimento de categorias de seres, mas também às relações entre essas categorias, sejam elas agências (escolas de vários níveis, por exemplo), agentes (professores, administradores, alunos, operários, etc.) ou outros seres (diferentes disciplinas escolares, por exemplo). Classificação implica sempre em alguma forma de poder cuja função é manter e reproduzir relações específicas entre as diversas categorias.

Já o princípio do balizamento se refere ao controle social, ao princípio que regula o processo de comunicação, seja no processo de produção, seja nos processos de socialização e comunicação pedagógica. Nesta última, no que tange à comunicação pedagógica, esse princípio se refere aos controles sobre o que se pode comunicar, quando e em que contexto se pode comunicar e como se deve comunicar.

Vê-se aí uma verdadeira ruptura epistemológica em relação a qualquer concepção ou tentativa de explicação meramente psicológica da socialização.

É verdade que certos trabalhos do Autor puderam servir de flanco para tal redução psicológica. Conceitos-tipo, como o de sistema de papéis, subdivididos em posicionais ou centrados na pessoa, facilmente se prestam a interpretações meramente interacionistas. Faltou naqueles trabalhos maior explicitação de alguns princípios que o autor desenvolveu ultimamente.

*Mesmo nos primeiros trabalhos destacam-se os princípios das relações sociais como postulado fundamental. Assim, por exemplo, no 1º volume de *Class, Codes and Culture* (1974, p. 81). É antes o psicológico que é explicado pelo social, e não vice-versa.*

Para Bernstein os diferentes sistemas simbólicos, dos quais fazem parte os códigos lingüísticos, mais recentemente por ele denominados sociolingüísticos, constituem-se em realizações e simultaneamente em mecanismos reguladores da estrutura de relações sociais, sendo, portanto, componentes de um e mesmo sistema de relações sociais numa dada sociedade.

As reflexões precedentes conduzem a algumas conclusões que nos parecem importantes. A riqueza, elegância e sutileza da obra de Bernstein representam um verdadeiro desafio para a nossa capacidade de compreensão e simultaneamente um caminho na busca de novas elaborações teóricas. O confronto da teoria de Bernstein com a nossa realidade, com as nossas práticas sociais e pedagógicas originadas de um contexto sob muitos aspectos diferente do seu, constitui uma oportunidade singular para a nossa criatividade, especialmente no sentido de desenvolver o estudo das relações entre o campo das estruturas simbólicas e o das relações de produção no interior de uma formação social capitalista dependente, como é a sociedade brasileira. Importa não se deter nos códigos lingüísticos. É preciso aprofundar-se na consideração das variadas e complexas manifestações da superestrutura e nas articulações típicas que as diferentes instâncias superestruturais mantem entre si e com a estrutura econômica. O simples transplante comprometeria a própria obra do Autor, transformando-a numa ideologia conservadora. O transplante tem exatamente a função de manter o pesquisador afastado da sua realidade concreta, de mantê-lo numa atitude de dependência cultural, inibidora de criatividade.

Por outro lado, a utilização de alguns princípios ou categorias fora do conjunto da teoria em que estão inseridos, para fazer deles meros princípios de aplicação descaracteriza por inteiro o pensamento do Autor. Assim, por exemplo, a educação compensatória nada tem a ver com as proposições teóricas de Berns-

tein, embora se tenha pretendido derivá-la ou justificá-la a partir de algumas dessas proposições tomadas isoladamente. Tão pouco se poderia derivar de Bernstein uma educação do tipo pluricultural no sentido de valorizar as diferentes subculturas de uma sociedade supostamente pluralista.

Não se trata nem de cultura pobre e de cultura rica, nem simplesmente de subculturas diferentes. Trata-se de cultura dominante e dominada.

A idéia de educação compensatória constitui exemplo acabado de como se pode emascular uma teoria potencialmente transformadora, utilizando-a, direta ou indiretamente, como suporte de políticas educacionais visceralmente conservadoras. Com efeito, tanto nos países hegemônicos como nos dependentes, a educação compensatória se tornou um excelente tranquilizante para as classes dominantes e para as zelosas classes médias preocupadas com os fracassos da educação especialmente no meio rural e nas chamadas periferias urbanas.

Em síntese, que venha Bernstein, mas que se considere sua obra na sua totalidade, na sua evolução cumulativa e dentro do contexto social em que foi produzida, e que se refira a sua contribuição ao nosso contexto concreto, numa atitude criativa, e não de vassalagem cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERNSTEIN, Basil. *Aspects of the relations between education and production*. In: BERNSTEIN, Basil. *Class, codes and control*. rev. ed. London, Routledge & Kegan Paul, 1977. v.3, cap. 8, p. 175-200.
2. _____. *Class, codes and control*. rev. ed. London, Routledge & Kegan Paul, 1974. v.1.
3. BERNSTEIN, Basil, ed. *Class, codes and control*. rev. ed. London, Routledge & Kegan Paul, 1974. v.2.

ABSTRACT

The authors point to the risk of converting Bernstein's thought into a new conservative educational ideology. It is necessary to consider the concept of social class as occupying a central place in his theory. It is necessary, moreover, to consider Bernstein's work in its wholeness, in its cumulative evolution, in the context it was developed and to refer his contribution to the Brazilian context with a culturally creative, not submissive, attitude.

(Recebido para publicação em 11.12.79)